

Terceiro elemento de avaliação | 24.11.2023

11.º Ano | Turma C | Professor: Renato Albuquerque

Duração da prova: 100 minutos. Tolerância: 10 minutos.

MATRIZ | CONTEÚDOS | APRENDIZAGENS RELEVANTES | CONCEITOS

CRITÉRIOS GERAIS DE CLASSIFICAÇÃO

A classificação a atribuir a cada resposta resulta da aplicação dos critérios gerais e dos critérios específicos apresentados para cada item e é expressa por um número inteiro.

A ausência de indicação inequívoca da versão da prova implica a classificação com zero pontos das respostas aos itens de seleção.

As respostas ilegíveis ou que não possam ser claramente identificadas são classificadas com zero pontos.

Em caso de omissão ou de engano na identificação de uma resposta, esta pode ser classificada se for possível identificar inequivocamente o item a que diz respeito.

Se for apresentada mais do que uma resposta ao mesmo item, só é classificada a resposta que surgir em primeiro lugar.

ITENS DE SELEÇÃO

As respostas aos itens de seleção podem ser classificadas de forma dicotómica ou por níveis de desempenho, de acordo com os critérios específicos. No primeiro caso, a pontuação só é atribuída às respostas corretas, sendo todas as outras respostas classificadas com zero pontos. No caso da classificação por níveis de desempenho, a cada nível corresponde uma dada pontuação, de acordo com os critérios específicos.

Nas respostas aos itens de seleção, a transcrição do texto da opção escolhida é considerada equivalente à indicação da letra ou do número correspondente.

ITENS DE CONSTRUÇÃO

Nos itens de construção, os critérios de classificação apresentam-se organizados por parâmetros com os respetivos níveis de desempenho.

A cada nível de desempenho corresponde uma dada pontuação. Se permanecerem dúvidas quanto ao nível a atribuir, deve optar-se pelo nível mais elevado de entre os dois tidos em consideração. Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho no parâmetro (A) é classificada com zero pontos nos restantes parâmetros. A classificação a atribuir à resposta resulta da soma das pontuações atribuídas aos diferentes parâmetros.

No item de resposta extensa, os critérios de classificação apresentam-se organizados de acordo com os parâmetros seguintes: (A) Identificação e Explicação, (B) Articulação temática e Organização e (C) Integração dos documentos.

A classificação das respostas aos itens de construção tem em conta os tópicos de resposta apresentados, a organização dos conteúdos, a utilização da terminologia específica da disciplina e a integração da informação contida nos documentos.

As respostas que não apresentem exatamente os mesmos termos ou expressões constantes nos critérios específicos são classificadas em igualdade de circunstâncias com aquelas que os apresentem, desde que o seu conteúdo seja cientificamente válido, adequado ao solicitado e enquadrado pelos documentos curriculares de referência.

Os elementos que, numa resposta, evidenciem contradição não devem ser considerados para efeitos de classificação.

As respostas aos itens de resposta restrita que apresentem erros científicos graves, como a total descontextualização do tempo histórico, são classificadas com zero pontos. No caso das respostas ao item de resposta extensa que apresentem esses erros científicos graves, o tópico de referência aos quais esses erros estejam associados não é considerado para efeitos de classificação.

MATRIZ						
Tipologia de itens		Número de itens x cotação	Descritores de desempenho			Total
Itens de seleção	Escolha múltipla, associação ou ordenação	4 x 15				60
			A₁	B₁	C₁	
Itens de construção	Resposta curta ou restrita	4 x 20	10	8	2	80
	Resposta extensa	2 x 30	15	8	7	60
						200

A₁ = Conteúdos	A₂ = Identificação e Explicação
B₁ = Documentos	B₂ = Articulação temática e Organização
C₁ = Comunicação	C₂ = Integração dos documentos

ORGANIZADOR/TEMA
Módulo 4 [11.º ano, Parte I, páginas 34-69]
1. A EUROPA NOS SÉCULOS XVII E XVIII – SOCIEDADE, PODER E DINÂMICAS COLONIAIS
1.1.3 Sociedade e poder em Portugal
1.2 A recusa do absolutismo na sociedade inglesa.
2. TRIUNFO DOS ESTADOS E DINÂMICAS ECONÓMICAS NOS SÉCULOS XVII E XVIII
2.1 Reforço das economias nacionais e tentativas de controlo do comércio

APRENDIZAGENS RELEVANTES
Das Aprendizagens Essenciais de História A:
- Compreender os fundamentos da organização política e social do Antigo Regime e as expressões que a mesma assumiu;
- Demonstrar a existência de diversos estratos sociais, de comportamentos e de valores.
- Analisar as razões do sucesso do absolutismo joanino, relacionando-as com a criação e desenvolvimento de um aparelho burocrático a partir do século XVII;
- Compreender a recusa do absolutismo na sociedade inglesa à luz da fundamentação do parlamentarismo na obra de Locke;
- Relacionar o equilíbrio político internacional com o domínio de espaços coloniais, reconhecendo, nas práticas mercantilistas, modos de afirmação das economias nacionais;

CONCEITOS / NOÇÕES		
- Antigo Regime;	- capitalismo comercial;	- exclusivo colonial;
- monarquia absoluta;	- protecionismo;	- companhia monopolista;
- ordem/estado;	- mercantilismo;	- comércio triangular;
- estratificação social;	- balança comercial;	- tráfico negreiro;
- parlamento.		

ESCOLA SECUNDÁRIA DE CASQUILHOS, BARREIRO

Terceiro elemento de avaliação | 24.11.2023

11.º Ano | Turma C | Professor: *Renato Albuquerque*

Duração da prova: 100 minutos. Tolerância: 10 minutos.

Este elemento é constituído por 4 páginas e termina na palavra FIM

Observa/analisa atentamente os documentos e responde às questões seguintes.
Nas respostas aos itens de escolha múltipla, seleciona a opção correta. Escreve, na folha de respostas, o grupo, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.
Nas respostas aos itens que envolvem a produção de um texto, deves ter em conta os conteúdos e a sua organização, a utilização da terminologia específica da disciplina e a integração da informação contida nos documentos.

GRUPO I

DOCUMENTO 1

ANTÓNIO TELES DA SILVA: BREVE CRONOLOGIA

- 1 ? - Nasce António Teles da Silva, 4º filho (de um total de 11 irmãos) do nobre Luís da Silva e de sua mulher D. Mariana de Lencastre; neto (do lado materno) do Conde do Vimieiro.
- 5 1625 - Embarca na armada do Reino [“Jornada dos Vassalos”, com 52 navios e quase 14000 homens] que vai proceder à restauração da Baía (Brasil), entretanto ocupada pelos Holandeses, onde combate com galhardia.
- 10 1634-35 - Em recompensa dos serviços prestados, é enviado à Índia como capitão-mor das naus da carreira, com a promessa de 100\$00 réis de renda em cada ano, mais os proventos no seu quinhão do tráfico.
- 15 1642 - Em maio, é promovido ao cargo de governador e capitão-geral do Estado do Brasil. É-lhe também prometido o título e mercês de conde de Vilar-Maior.
- 20 1643 - A começar neste ano e em todos os seguintes até 1649, envia, por sua conta a um procurador em Lisboa, açúcar, couros, madeiras e tabaco de cuja venda e respetiva aplicação de capitais recebe uma média anual de 2500 a 3000 cruzados.
- 1647 - Cessa as funções de governador e capitão geral do Estado do Brasil. Permanece na Baía até 1650, ajudando o novo governador e cuidando dos seus próprios negócios no Brasil.
- 1650 - Regressa a Portugal.
- 1653 (27 de Janeiro) - Carta régia de D. João IV confere-lhe o título de conde de Vilar-Maior.
- 1686 - Morre neste ano.

Dados recolhidos em: “Antônio Teles da Silva” e “Jornada dos Vassalos” em Wikipédia; Virgínia Rau, 1959 - Fortunas Ultramarinas e a Nobreza Portuguesa no século XVII, em “Revista Portuguesa de História”, Tomo VIII, Coimbra

1. Apresenta a particularidade da sociedade portuguesa, patente no Documento 1, de que António Teles da Silva é um exemplo.

DOCUMENTO 2**A ADMINISTRAÇÃO EM PORTUGAL: UMA PERSPETIVA DE EVOLUÇÃO**

1 Em 1640, com a separação das coroas portuguesa e espanhola, restabeleceu-se a corte em Lisboa [...]. Paralelamente, para encetar as negociações que fizessem reconhecer internacionalmente a nova dinastia, D. João IV nomeou os primeiros diplomatas portugueses, contando, para isso, com inúmeras obras de justificação da

5 conjura de 1640 e do direito à coroa da casa de Bragança, feitas maioritariamente por juristas, que, por seu lado, iriam ocupar os cargos dos conselhos e tribunais da administração central. Para o auxiliar no despacho dos negócios, o novo rei criava, ainda, os primeiros secretários de Estado. [...] [Foi] a partir da Restauração que passou a existir em Portugal a figura do secretário de Estado [...].

10

Joana Estorninho de Almeida, *Os empregados de secretaria na transição para uma administração moderna do Estado (1640-1834)*, 2014

2. Com base no documento anterior, refere dois aspetos que indiciam a tendência para fortalecer o poder régio em Portugal no século XVII.

20

DOCUMENTO 3**REUNIÕES DAS CORTES PORTUGUESAS ENTRE 1640 E 1820**

REI	ANO	LOCAL
D. João IV	1641	Lisboa
	1642	Lisboa
	1645	Lisboa
	1649	Tomar
	1653	Lisboa
D. Afonso VI ⁽¹⁾	1668	Lisboa
D. Pedro (regente) ⁽²⁾	1674	Lisboa
	1679	Lisboa
D. Pedro II	1697	Lisboa
D. João V		⁽³⁾
D. José I		⁽³⁾
D. Maria I		⁽³⁾
D. João VI		⁽³⁾

- (1) As Cortes declaram Afonso VI incapaz de governar e nomeiam Regente o irmão D. Pedro.
 (2) D. Pedro dissolve as Cortes de 1674 por estas contestarem aspetos do seu governo.
 (3) As cortes não foram convocadas nestes reinados.

3. O Documento 3 prova que...

A	D. João V foi o mais absoluto de todos os reis aí citados.
B	D. João IV conseguiu libertar-se do poder da nobreza.
C	os reis portugueses passaram a dar cada vez menos importância às Cortes.
D	vivia cada vez menos gente com o rei e a rainha na corte.

15

DOCUMENTO 4**A DECLARAÇÃO DOS DIREITOS (1689)**

1 "... Os Lordes espirituais e temporais e os Comuns, hoje reunidos [...] constituindo em conjunto a representação plena e livre da nação [...] declaram [...] para assegurar os seus antigos direitos e liberdades:

5 1. Que o pretense direito da autoridade real de suspender as leis ou a sua execução [...] é ilegal; [...]

4. Que qualquer levantamento de dinheiro para a Coroa ou para seu uso [...] sem o consentimento do Parlamento [...] é ilegal; [...]

6. Que o recrutamento e a manutenção de um exército no reino, em tempo de paz, sem o consentimento do Parlamento, é ilegal; [...]

8. Que as eleições dos membros do Parlamento devem ser livres;

9. Que a liberdade de palavra ou a das discussões ou processos no Parlamento não podem ser impedidas ou discutidas em qualquer tribunal ou lugar que não seja o próprio Parlamento; [...]

13. Que, para remediar todos os agravos, e para a alteração, ratificação e observação das leis, o Parlamento deve ser frequentemente reunido; [...]

Os ditos Lordes espirituais e temporais e os Comuns, reunidos em Westminster, decretam que Guilherme e Maria, príncipe e princesa de Orange, são declarados rei e rainha de Inglaterra, de França e de Irlanda e dos territórios seus dependentes..."

Em Gustavo de Freitas, 900 Textos e Documentos de História, vol. II

4. Explica a importância deste documento na Inglaterra do século XVII.
5. A declaração de que “o suposto poder da autoridade real para suspender leis ou a execução de leis sem o consentimento do Parlamento é ilegal” (Doc. 64, ll. 11-12) decorria da recusa de que o rei detinha o poder...

A	judicial.
B	legislativo.
C	executivo.
D	absoluto.

DOCUMENTO 5

UMA NOVA TEORIA SOBRE O PODER POLÍTICO

Para compreender bem o que é o poder político e recuar à sua causa, torna-se necessário considerar o estado em que todos os homens se encontram naturalmente: é um estado de perfeita liberdade, em que regulam as suas ações e dispõem dos seus bens e pessoas como muito bem entendem, nos limites da lei natural, sem pedir autorização nem depender de nenhuma outra vontade humana. É também um estado de igualdade, no qual todo o poder e toda a jurisdição são recíprocos, ninguém dispondo mais deles do que outrem [...]. A suprema finalidade para os homens formarem sociedade é a de poderem usufruir dos seus bens em paz e segurança. Ora, estabelecer leis nessa sociedade constitui o melhor meio para realizar esse fim. Em consequência, em todos os estados, a lei positiva primeira e fundamental é a que estabelece o poder legislativo; [...]. Esse poder legislativo constitui não somente o poder supremo do Estado, mas permanece sagrado e imutável nas mãos daqueles a quem a comunidade uma vez confiou. [...] De cada vez que o corpo legislativo transgride essa regra fundamental da sociedade, e os seus membros tentam, por ambição, temor, loucura ou corrupção, apoderar-se, para eles próprios ou para outros, dum poder absoluto sobre as vidas, as liberdades e os bens do povo, perdem, ao falharem a sua missão, o poder confiado pelo povo com fins diretamente opostos. O poder regressa então a este, que tem o direito de retomar a liberdade original, e, instituindo um novo poder legislativo (do modo que julgar preferível), de garantir a sua própria segurança, que é a razão de ser da sociedade [...].

John Locke, Ensaio Sobre a Verdadeira Origem, Extensão e Fim do Poder Civil

6. Indica a situação em que, segundo Locke, o poder deve regressar ao povo. Justifica a tua resposta com excerto(s) do documento.

7. Ordena por ordem cronológica (do mais antigo, para o mais recente) os seguintes acontecimentos:

A	Lançamento da primeira pedra do Convento de Mafra.
B	Aceitação pelo rei João Sem Terra da <i>Magna Carta</i> .
C	Aprovação da <i>Declaração de Direitos</i> no Parlamento inglês.
D	Restauração da Independência em Portugal.

15

8. Apresenta 2 (duas) diferenças entre o modelo de mercantilismo assumido por Colbert e o modelo de Cromwell.

30

9. Completa o texto seguinte, selecionando a opção adequada para cada espaço. Na folha de respostas, regista apenas as letras e o número que corresponde à opção selecionada em cada um dos casos. Por exemplo, a)1, b)2...

O mercantilismo defendia que a a) devia ser excedentária, isto é, que as b) deviam ser superiores às c). As exportações eram compostas por d) que beneficiavam de baixas taxas alfandegárias e contribuía para o crescimento económico dos Estados.

a)	b)	c)	d)
1. balança comercial.	1. importações	1. receitas	1. produtos industriais
2. balança financeira	2. receitas	2. importações	2. produtos agrícolas
3. balança de pagamentos	3. exportações	3. exportações	3 produtos financeiros.
4. balança contabilística	4. despesas	4. dívidas	4. produtos transformados.

15

10. Desenvolve o tema ***A política mercantilista inglesa assenta na proteção dos mares e na criação de um império colonial***, apresentando 2 elementos de cada um dos seguintes tópicos de orientação:

- a proteção dos mares;
- o papel do império colonial.

Na tua resposta, integra, pelo menos, uma informação relevante dos diferentes documentos.

30

FIM

COTAÇÃO

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	Total
20	20	15	20	15	20	15	30	15	30	200

Terceiro elemento de avaliação | 24.novembro.2023

11.º Ano | Turma C | Professor: Renato Albuquerque

Sugestão de respostas / classificação do/a aluno/a

CRITÉRIOS GERAIS DE CLASSIFICAÇÃO

A classificação a atribuir a cada resposta resulta da aplicação dos critérios gerais e dos critérios específicos apresentados para cada item e é expressa por um número inteiro.

A ausência de indicação inequívoca da versão da prova implica a classificação com zero pontos das respostas aos itens de seleção.

As respostas ilegíveis ou que não possam ser claramente identificadas são classificadas com zero pontos.

Em caso de omissão ou de engano na identificação de uma resposta, esta pode ser classificada se for possível identificar inequivocamente o item a que diz respeito.

Se for apresentada mais do que uma resposta ao mesmo item, só é classificada a resposta que surgir em primeiro lugar.

ITENS DE SELEÇÃO

As respostas aos itens de seleção podem ser classificadas de forma dicotómica ou por níveis de desempenho, de acordo com os critérios específicos. No primeiro caso, a pontuação só é atribuída às respostas corretas, sendo todas as outras respostas classificadas com zero pontos. No caso da classificação por níveis de desempenho, a cada nível corresponde uma dada pontuação, de acordo com os critérios específicos.

Nas respostas aos itens de seleção, a transcrição do texto da opção escolhida é considerada equivalente à indicação da letra ou do número correspondente.

ITENS DE CONSTRUÇÃO

Nos itens de construção, os critérios de classificação apresentam-se organizados por parâmetros com os respetivos níveis de desempenho.

A cada nível de desempenho corresponde uma dada pontuação. Se permanecerem dúvidas quanto ao nível a atribuir, deve optar-se pelo nível mais elevado de entre os dois tidos em consideração. Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho no parâmetro (A) é classificada com zero pontos nos restantes parâmetros. A classificação a atribuir à resposta resulta da soma das pontuações atribuídas aos diferentes parâmetros.

No item de resposta extensa, os critérios de classificação apresentam-se organizados de acordo com os parâmetros seguintes: (A) Identificação e Explicação, (B) Articulação temática e Organização e (C) Integração dos documentos.

A classificação das respostas aos itens de construção tem em conta os tópicos de resposta apresentados, a organização dos conteúdos, a utilização da terminologia específica da disciplina e a integração da informação contida nos documentos.

As respostas que não apresentem exatamente os mesmos termos ou expressões constantes nos critérios específicos são classificadas em igualdade de circunstâncias com aquelas que os apresentem, desde que o seu conteúdo seja cientificamente válido, adequado ao solicitado e enquadrado pelos documentos curriculares de referência.

Os elementos que, numa resposta, evidenciem contradição não devem ser considerados para efeitos de classificação.

As respostas aos itens de resposta restrita que apresentem erros científicos graves, como a total descontextualização do tempo histórico, são classificadas com zero pontos. No caso das respostas ao item de resposta extensa que apresentem esses erros científicos graves, o tópico de referência aos quais esses erros estejam associados não é considerado para efeitos de classificação.

Item	Resposta	Pontos
1.	<p>Análise do documento</p> <p>O Documento 1 é uma breve cronologia da vida de um nobre português, António Teles da Silva, que vive no século XVII e morre em 1686, tendo ocupado diversos cargos administrativos no império português. A cronologia foi construída com base em dois artigos da Wikipédia e de um artigo de Virgínia Rau publicado em 1959 na Revista Portuguesa de História.</p> <p>Resposta:</p> <p>Esta cronologia reflete uma realidade da sociedade portuguesa desta época, a existência do “cavaleiro mercador”. Estes eram:</p> <ul style="list-style-type: none"> - membros da nobreza: “4º filho (...) do nobre Luís da Silva” e “neto (...) do Conde do Vimieiro” por nascimento (linhas 1-3); “É-lhe (...) prometido o título e mercês de conde de Vilar-Maior” em 1642 (linha 11); “conde de Vilar-Maior” em 1653 (linhas 19-20); - recebem cargos administrativos no império português: “enviado à Índia como capitão-mor das naus da carreira” em 1634-35 (linhas 7-8); “governador e capitão-geral do Estado do Brasil” entre 1642 e 1647 (linha 10); - dedicam-se aos negócios ultramarinos, enriquecendo à custa deles: na Índia recebe “100\$00 réis de renda em cada ano, mais os proventos no seu quinhão do tráfico” (linhas 8-9); no Brasil “envia (...) a um procurador em Lisboa, açúcar, couros, madeiras e tabaco de cuja venda e respetiva aplicação de capitais recebe uma média anual de 2500 a 3000 cruzados”(linhas 12-14); mesmo depois de cessar funções, cuida “dos seus próprios negócios no Brasil.” (linhas 16-17). <p>Como os cavaleiros mercadores se apropriavam do comércio ultramarino, a burguesia portuguesa não se conseguiu desenvolver.</p> <p>Cotação:</p> <p>A₁ – Conteúdos, com referência explícita ao conceito de cavaleiro mercador: 10 pontos;</p> <p>B₁ – Referências pertinentes retiradas do documento: 8 pontos.</p> <p>C₁ – Discurso articulado, com vocabulário diversificado: 2 pontos.</p>	20
2.	<p>Análise do documento</p> <p>O Documento 2 é um texto historiográfico de Joana de Almeida, publicado em 2012, em que analisa <i>Os empregados de secretaria na transição para uma administração moderna do Estado (1640-1834)</i>.</p> <p>Resposta:</p> <p>O aluno devia referir 2 destes aspetos que “indiciam a tendência para fortalecer o poder régio em Portugal no século XVII”:</p> <ul style="list-style-type: none"> - é o rei D.João IV que nomeia “os primeiros diplomatas portugueses” (linhas 3-4) que vão “ocupar os cargos dos conselhos e tribunais da administração central” (linhas 6-7); - é o mesmo rei que cria “os primeiros secretários de Estado” (linha 8). <p>Ou seja, é com D. João IV que se inicia a definição da administração central que obedece às orientações do Rei e o coloca no centro de todo o poder, levando ao absolutismo em Portugal.</p> <p>Cotação:</p> <p>A₁ – Conteúdos, com referência explícita a D. João IV e ao absolutismo em Portugal: 10 pontos;</p> <p>B₁ – Referências pertinentes retiradas do documento: 8 pontos.</p> <p>C₁ – Discurso articulado, com vocabulário diversificado: 2 pontos.</p>	20

3.	C ou “os reis portugueses passaram a dar cada vez menos importância às Cortes.”	15
4.	<p>Análise do documento O Documento 4 é um excerto de um documento histórico, <i>A Declaração dos Direitos</i>, aprovada em Inglaterra em 1689.</p> <p>Resposta: O aluno devia referir 1 destes aspetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a Declaração defende a manutenção de um regime parlamentar, baseado na Magna Carta, como se pode ver nos pontos 8, 9 e 13: defesa de “eleições (...) livres” (linha 11), da “liberdade de palavra ou das discussões ou processos no Parlamento” (imunidade parlamentar, linha 12) e de reuniões frequentes para “a alteração, ratificação e observação das leis” (linhas 15-16); - recusa do absolutismo em Inglaterra, como se pode ver nos pontos 1, 4 e 6: o rei não pode “suspender as leis ou a sua execução” (linhas 4-5), nem levantar “dinheiro para a Coroa ou para seu uso [...] sem o consentimento do Parlamento” (linhas 7-8), nem recrutar ou manter “um exército no reino, em tempo de paz, sem o consentimento do Parlamento” (linhas 9-10). <p>Cotação: A₁ – Conteúdos: 10 pontos; B₁ – Referências pertinentes retiradas do documento: 8 pontos. C₁ – Discurso articulado, com vocabulário diversificado: 2 pontos.</p>	20
5.	D ou “absoluto”.	15
6.	<p>Análise do documento O Documento 1 é um excerto da obra <i>Ensaio Sobre a Verdadeira Origem, Extensão e Fim do Poder Civil</i> do filósofo inglês de finais do século XVII, John Locke em que ele discorre sobre esses temas.</p> <p>Resposta: [O aluno podia, ou não, referir estes princípios definidos por Locke:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Num estado “natural”, em que o Homem não se encontra organizado em sociedade, este não necessita de um poder: “estado de perfeita liberdade, (...) dispõem dos seus bens e pessoas como muito bem entendem, (...) sem pedir autorização nem depender de nenhuma outra vontade humana. É também um estado de igualdade, (...)” (linhas 3-5); - Quando as pessoas se organizam em sociedade é para assegurarem a sua segurança e dos seus bens: “poderem usufruir dos seus bens em paz e segurança.” (linha 8); - A segurança referida anteriormente é assegurada através da elaboração de leis pelo que o poder legislativo é o supremo: “estabelecer leis nessa sociedade constitui o melhor meio para realizar esse fim [a segurança] (...)” (linhas 8-9), “a lei positiva primeira e fundamental é a que estabelece o poder legislativo” (linha 10).] <p>Se quem tem o poder legislativo fizer alguma coisa para o transformar em poder absoluto, perde esse poder que regressa ao povo: se “tentam (...) apoderar-se (...) dum poder absoluto (...), perdem (...) o poder confiado pelo povo (...)” (linhas 13-17); Ou seja, Locke defende um regime parlamentar, recusa o absolutismo e defende o direito à revolta do povo se alguém quiser impor esse regime “por ambição, temor, loucura ou corrupção” (linha 14).</p> <p>Cotação:</p>	20

	A ₁ – Conteúdos, referindo a recusa do absolutismo: 10 pontos; B ₁ – Referências pertinentes retiradas do documento: 8 pontos. C ₁ – Discurso articulado, com vocabulário diversificado: 2 pontos.													
7.	B, D, C, A (1215, 1640, 1689, 1717)	15												
8.	<p>O aluno devia abordar o tema “<i>Diferenças entre o modelo de mercantilismo assumido por Colbert e o modelo de Cromwell</i>”, apresentando 2 diferenças. Em França, Jean-Baptiste Colbert, o ministro das Finanças de Luís XIV, aposta nas manufaturas e para isso vai:</p> <ul style="list-style-type: none"> - aprovar regulamentação rigorosa de modo a obter produtos de grande qualidade, dignos do rei; - introduzir em França as melhores técnicas de produção existentes no estrangeiro; - recrutar mão-de-obra especializada estrangeira; - atribuir subsídios, isenções fiscais ou monopólios pelo rei; - garantir a venda dos produtos manufaturados no respetivo império colonial; - tudo isto foi possível porque o mercantilismo em França baseava-se no poder absoluto do rei. <p>Em Inglaterra, Oliver Cromwell, nomeado Lord Protetor de Inglaterra depois de o Parlamento ter condenado à morte o rei, acusado de querer impor o absolutismo, vai apostar na proteção do comércio marítimo. Para isso:</p> <ul style="list-style-type: none"> - aprovou legislação que obriga a que todo o comércio marítimo que entre ou saia de territórios ingleses seja feito em navios em que 3/4 dos marinheiros e o capitão seja inglês (Atos de Navegação); - tudo isto foi possível porque o mercantilismo inglês é apoiado num regime que recusa o absolutismo e defende o parlamentarismo, como se pode ver nos documentos 4 e 5. <p>Cotação: A₂ – Identificação e Explicação Abordagem correta das 2 diferenças, utilizando de modo adequado a terminologia específica da disciplina – 15 pontos. B₂ – Articulação temática e Organização Desenvolve o tema proposto, evidenciando, de forma pertinente e clara, a relação entre os elementos apresentados, organizando os conteúdos de forma coerente – 8 pontos. C₂ – Integração dos documentos Integra, de forma pertinente, informação relevante contida em pelo menos um documento para fundamentar a análise apresentada – 7 pontos.</p>	30												
9.	<p>a)1, b)3, c)2, d)4</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th>Associações certas</th> <th>Pontos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>4</td> <td>15</td> </tr> <tr> <td>3</td> <td>11</td> </tr> <tr> <td>2</td> <td>7</td> </tr> <tr> <td>1</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>0</td> <td>0</td> </tr> </tbody> </table>	Associações certas	Pontos	4	15	3	11	2	7	1	3	0	0	15
Associações certas	Pontos													
4	15													
3	11													
2	7													
1	3													
0	0													
10.	<p>O aluno devia abordar o tema “<i>A política mercantilista inglesa assenta na proteção dos mares e na criação de um império colonial</i>”, apresentando 2 elementos de cada um dos seguintes tópicos de orientação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A proteção dos mares: <ul style="list-style-type: none"> - A Inglaterra aposta na proteção do comércio (Atos de Navegação) como respondido no item 8; 	30												

	<ul style="list-style-type: none"> - aposta também na construção de uma marinha de guerra para proteger os seus navios; - contrata corsários para atacar os barcos inimigos. • o papel do império colonial: - fornecer um mercado garantido para venda dos produtos manufaturados; - fornecer matérias-primas, nomeadamente, da agricultura; - fornecer terras para fixação de populações da metrópole; - contribuir para a política mercantilista através do envio de moeda para a metrópole, por vezes através da atividade de corso. <p>A política mercantilista foi desenvolvida pelo Parlamento inglês, tal como definido nos documentos 4 e 5. O Rei de Inglaterra era também rei “dos territórios seus dependentes” (colónias) (Documento 4, linha 19).</p> <p>Cotação:</p> <p>A₂ – Identificação e Explicação Abordagem correta dos 2 tópicos, utilizando de modo adequado a terminologia específica da disciplina – 15 pontos.</p> <p>B₂ – Articulação temática e Organização Desenvolve o tema proposto, evidenciando, de forma pertinente e clara, a relação entre os elementos apresentados, organizando os conteúdos de forma coerente – 8 pontos.</p> <p>C₂ – Integração dos documentos Integra, de forma pertinente, informação relevante contida em pelo menos um documento para fundamentar a análise apresentada – 7 pontos.</p>	
TOTAL	200	